INCLUA - Plataforma de recursos pró-equidade em políticas públicas

GUIA INCLUA - CULTURA

Programa de qualificação profissional e formativa da gestão pública de Cultura no Estado do Ceará

FUNCAP

CIENTISTA CHEFE
CULTURA, INOVAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL NO CEARÁ

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CULTURA

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Ministra Simone Nassar Tebet

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
Presidenta Luciana Mendes Santos Servo

DIRETORA DE ESTUDOS E POLÍTICAS DO ESTADO, DAS INSTITUIÇÕES E DA DEMOCRACIA
Luseni Maria Cordeiro de Aquino

DIRETOR DE ESTUDOS INTERNACIONAIS
Fábio Véras Soares

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
Fernando Gaiger Silveira

DIRETOR DE ESTUDOS E POLÍTICAS MACROECONÔMICAS
Cláudio Roberto Amitrano

DIRETOR DE ESTUDOS E POLÍTICAS REGIONAIS, URBANAS E AMBIENTAIS
Aristides Monteiro Neto

DIRETORA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SETORIAIS, DE INOVAÇÃO, REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Fernanda de Negri

DIRETOR DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS
Carlos Henrique Leite Corseuil

EXPEDIENTE

REDAÇÃO
Pesquisadores/as do Programa Cientista-Chefe da Cultura do Estado do Ceará:

Arilson dos Santos Gomes

Leandro Santos Bulhões de Jesus

Alexandre Fleming Câmara Vale

Francisco Erik Washington Marques da Silva

Manuela Figlioulo

Rosa Primo

Sy Gomes

CONTATO
inclua@ipea.gov.br

ATUALIZAÇÃO NA REDAÇÃO DO DIAGNÓSTICO E REVISÃO
Equipe da plataforma INCLUA/Ipea:

Joana Alencar

Calvin das Cas Furtado

Carolina de Moraes Souza

Nínive Fonseca Machado

EDIÇÃO, PLANEJAMENTO, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Raquel Tavares

Isabella Brandalise

Victor Gomes

Luciane Crippa Kobayashi

PARCERIAS
Projeto Cientista-chefe da cultura

Funcap - Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Secretaria da Cultura – Governo do Estado do Ceará

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

MENSAGEM DO PROGRAMA CIENTISTA-CHEFE DA CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ

O Guia Inclua da Cultura do Ceará é consequência de dois conjuntos de iniciativas. O primeiro faz parte do projeto Plataforma INCLUA, que vem sendo desenvolvido há três anos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e visa a apoiar a construção de políticas mais inclusivas e pró-equidade. O segundo está relacionado aos trabalhos elaborados em parceria com a plataforma INCLUA, do Ipea, e o Programa Cientista-Chefe da Cultura do Estado do Ceará, desde o ano de 2021.

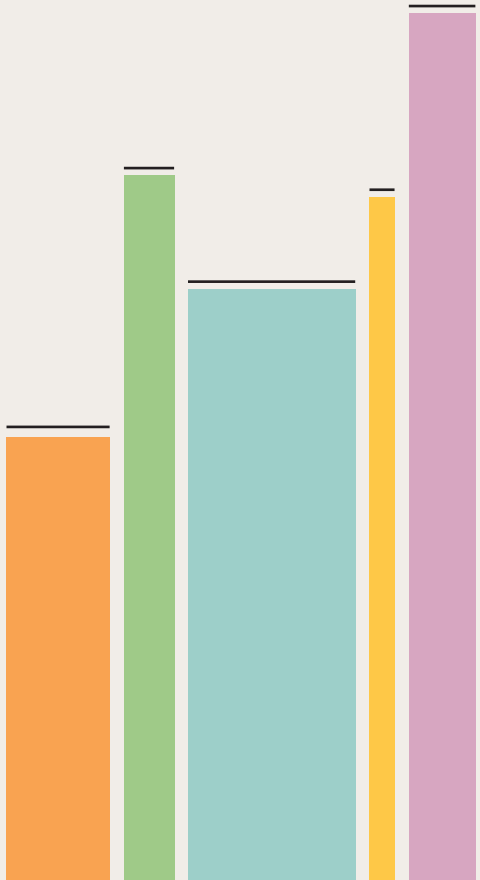
O objetivo principal deste Guia, adaptado pelo Programa Cientista Chefe da Cultura, é desenvolver alternativas para um "modelo" de gestão cultural embasado em teorias e metodologias que referenciam a cultura como dimensão humana de imenso potencial inclusivo, criativo, educativo e emancipador, capaz de combater, por meio das ações afirmativas, a pobreza, as desigualdades sociais, étnicas, raciais, de gênero e de território, atuando na promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência (PCD) e na inclusão de corpos dissidentes. Assim, também contribuirá para que os equipamentos e os trabalhadores da cultura elaborem planos de ações afirmativas.

A quem se destina? O Guia Inclua da Cultura foi elaborado para ser utilizado prioritariamente por trabalhadoras, profissionais e gestores/as envolvidos/os com a gestão de equipamentos públicos administrados direta ou indiretamente pelo Poder Público ou, respectivamente, pelo Terceiro Setor (Organizações Sociais qualificadas pelo Estado, conforme a Lei 12.781/97), programas e serviços culturais, mas também pode ser apropriado por pesquisadoras/es, representantes da sociedade civil, integrantes de movimentos sociais, etc.

Espera-se que esta ferramenta possibilite um maior entendimento sobre a percepção da gestão da cultura, efetuada nos gerenciamentos de processos dos equipamentos, dos programas e das políticas realizadas no Estado do Ceará, especialmente no que se refere à relação entre gestão pública, inclusão, ações afirmativas e cidadania.

FORTALEZA, JUNHO DE 2024

EQUIPE DO PROGRAMA CIENTISTA-CHEFE DA CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ



MENSAGEM DO IPEA

O GUIA Inclua da cultura é o resultado de uma inédita troca de experiências entre o projeto da Plataforma INCLUA e uma iniciativa de âmbito estadual. Graças a uma afinidade das agendas de pesquisa, foi possível pensar estratégias de promoção de equidade e de redução das desigualdades nos processos de implementação de políticas públicas, desta vez orientadas à área da gestão cultural. A plataforma INCLUA pode ser acessada pelo link https://inclua.ipea.gov.br/, nela, os agentes públicos encontram ferramentas para reflexão sobre possíveis riscos de tratamento inadequado e exclusão durante a prestação de serviços públicos, especialmente em relação a grupos vulnerabilizados. Já estão disponíveis na plataforma o guia sobre avaliação de riscos de reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas, o guia Ação Afirmativa – direcionado a profissionais que lidam com a política de cotas em universidades e outras instituições e o guia Pop Rua – direcionado a profissionais que atendem a população em situação de rua.

O GUIA INCLUA DA CULTURA visa a alcançar prioritariamente as equipes de trabalho e profissionais envolvidos na gestão das ações e dos equipamentos culturais, quer sejam administrados direta ou indiretamente pelo poder público. Ao propor a autorreflexão sobre situações de desatenção, exclusão e tratamento inadequado em relação ao público, estimula-se o pensar a partir de temáticas como a gestão inclusiva da cultura, a participação social, a representatividade, a comunicação, as experiências dos usuários, bem como os processos avaliativos para o setor.

Realizado no contexto das atividades do Programa Cientista-Chefe da Cultura, uma promoção do Governo do Estado do Ceará e da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), o referido GUIA INCLUA DA CULTURA surge em um esforço de união do conhecimento acadêmico com a área da gestão pública. Desde 2021, profissionais de sete universidades públicas e privadas do Estado do Ceará participaram de diversas iniciativas de formação continuada que consolidaram, neste guia, valores como os da intersetorialidade, interseccionalidade e transversalidade, que são fundamentais para a compreensão dos riscos associados à reprodução das desigualdades.

Este guia situa a cultura como uma dimensão humana, de imenso potencial inclusivo e criativo, formador e emancipador, ao enaltecer a sua essência cidadã e a sua capacidade de mitigação das violências, da pobreza e, sobretudo, da desigualdade social através de ações afirmativas. O principal objetivo deste conjunto de esforços foi o da inclusão daqueles indivíduos e coletivos que sobrevivem da cultura e a fazem em suas práticas, mas que, contudo, podem encontrar-se distanciados, quando não excluídos, dos processos de gestão das políticas públicas culturais.

Desta forma, a Plataforma INCLUA e os parceiros oriundos do Programa Cientista-Chefe da Cultura do Governo do Estado do Ceará reafirmam o compromisso de expandir o pensamento crítico sobre os problemas históricos resultantes das desigualdades sociais brasileiras, tendo em vista a promoção de uma cultura inovadora, socialmente referenciada e equitativamente distribuída na sociedade. O êxito deste experimento nos convence de que os conhecimentos reunidos aqui podem servir à gestão das ações e dos equipamentos culturais em todo país. Boa Leitura!

JUNHO DE 2024

EQUIPE PLATAFORMA INCLUA - IPEA

Considerando:

a) que o Estado brasileiro se compromete, por meio da Constituição Federal de 1988, a "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" e "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (art. 3º, incisos III e IV, da CF/88).

b) que o Brasil assumiu compromissos perante a comunidade internacional de implementar políticas de ações afirmativas voltadas à superação de desvantagens experienciadas pela população negra (art. 99 e 100 do Plano de Ação da III Conferência Mundial da ONU realizada em Durban, na África do Sul, em 2001, contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e intolerâncias correlatas).

c) que a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, de 7 de junho de 1989, ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004, afirma: "Artigo 3 – 1. Os povos indígenas e tribais deverão gozar plenamente dos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem obstáculos nem discriminação. As disposições desta Convenção serão aplicadas sem discriminação aos homens e mulheres desses povos.

d) o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

e) que o Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288 de 20 de julho de 2010, em seu artigo Art. 2º, afirma que: "É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.

f) que as políticas de ações afirmativas efetivam igualdade de acesso à educação e que tais políticas se fundamentam nos princípios constitucionais da igualdade material (art. 5º, sobre a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e art. 206, inciso I, da CF/88).

g) que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF nº. 186, em 26 de abril de 2012, declarou constitucional a política de cotas com base em critério étnico-racial.

h) a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

i) a Lei n.º 16.197, de 17 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Instituição do Sistema de Cotas nas Instituições de Ensino Superior do Estado do Ceará.

j) a Lei nº 17.432, 25 de março de 2021, que institui a política pública social e afirmativa consistente na reserva de vagas para candidatos negros em concursos públicos destinados ao provimento de cargos ou empregos no âmbito dos órgãos e das entidades do poder executivo estadual.

k) que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a mora do Congresso Nacional para incriminar atos atentatórios a direitos fundamentais dos integrantes da comunidade LGBTQIA+, ao enquadrar a homofobia e a transfobia como tipo penal na Lei do Racismo (Lei nº 7.716/1989) até que o Congresso Nacional edite lei sobre a matéria.

l) que o Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA), lançado em 22 de novembro de 2023, busca formular, promover, articular e monitorar políticas que garantam mais direitos e equiparação de oportunidades para mulheres e pessoas negras, quilombolas, indígenas ou com deficiência, levando em consideração suas especificidades e sua diversidade. Tendo a transversalidade, a interseccionalidade e a intersetorialidade como princípios, o PFAA pretende desenvolver mecanismos que garantam a transparência, a participação, o controle social, a gestão, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação de políticas afirmativas.

m) o decreto nº 35.819, de 29 de dezembro de 2023, que dispõe sobre as Ações Afirmativas e reparatórias no âmbito do fomento cultural estadual previsto na Lei 18.012, de 1º de abril de 2022, que institui a Lei Orgânica da Cultura do Estado do Ceará, dispondo sobre o Sistema Estadual da Cultura SIEC, disponibilizamos o Guia Inclua da Cultura do Ceará.

SUMÁRIO

8 Apresentação

11 Introdução

13 O que preciso saber antes de realizar o diagnóstico?

14 As questões orientadoras comportam as métricas avaliativas

15 Itens conceituais do Guia Inclua

19 Abertura das questões orientadoras

20 Dimensão 1 - Relações interinstitucionais e instrumentos de gestão inclusiva

24 Dimensão 2 - Participação social

27 Dimensão 3 - Comunicação e Acesso à Informação

30 Dimensão 4 - Interações e experiências da usuária

36 Dimensão 5 - Monitoramento, Avaliação

41 Referências

O uso da linguagem não discriminatória é uma das preocupações que orientam esta publicação. A fim de evitar a sobrecarga gráfica que resultaria do emprego de o/a para marcar a flexão de gênero, optamos, nesta publicação, por tratar o conjunto de pessoas humanas pelo universal feminino, uma vez que as mulheres têm sido sistematicamente invisibilizadas pela linguística formal brasileira quanto ao marcador de gênero. No mesmo sentido, optou-se por uma linguagem simples, mais próxima da fala, de modo a promover a acessibilidade e estimular o engajamento ativo das leitoras.

APRESENTAÇÃO

Em 4 de janeiro de 2021, sob a Lei nº 17.378, com vista a articular a gestão pública com as universidades, a Assembleia Legislativa do Ceará estabeleceu o Programa Cientista-Chefe. Vinculado à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Funcap, o Programa Cientista-Chefe tem como objetivo: articular a pesquisa científica desenvolvida nas Instituições de Ensino Superior com sede no Estado com as demandas da gestão pública, em benefício da sociedade, mediante mecanismos que permitam a atuação de cientistas diretamente em órgãos da administração pública, sem retirá-los da atividade acadêmica, de forma a efetuar a aproximação almejada (CEARÁ, LEI 17.378/21).

Para a Funcap, o Programa Cientista-Chefe tem como objetivo unir o meio acadêmico e a gestão pública. Por meio da iniciativa, equipes de pesquisadoras/es estão trabalhando nas secretarias ou órgãos mais estratégicos do Governo do Estado para identificar soluções de ciência, tecnologia e inovação que podem ser implantadas para melhorar os serviços e, desta forma, dar mais qualidade de vida para a população.[1]

O projeto Cientista Chefe da Cultura, desenvolvido entre a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (Secult) e a Funcap, intitulado "Cultura, Inovação e Inclusão Social no Ceará", realizado a partir de junho de 2021, está sob coordenação geral do Cientista Chefe Prof. Dr. Custódio Luís Silva de Almeida, da Universidade Federal do Ceará (UFC).

O projeto tem como objetivo desenvolver alternativas para a inclusão social por meio da cultura, entrecruzando experiências inovadoras e exitosas de gestão cultural, no Ceará, no Brasil e no mundo, através de intervenções e aplicações junto às comunidades, coletivos e grupos, concebendo um modelo de gestão cultural embasado em teorias e metodologias que referenciam a cultura como dimensão humana de imenso potencial inclusivo, criativo, educativo e

1. Disponível em https://www.funcap.ce.gov.br/programas-de-auxilio/cientista-chefe-geral/. Acesso 04 out.2023.

emancipador, capaz de combater a pobreza, as desigualdades sociais e a violência.

De acordo com Custódio Almeida, o objetivo principal do projeto "é a inclusão social de indivíduos e coletivos que fazem cultura e até sobrevivem dela, porém estão marginalizados, e não tomam parte de qualquer política pública [...]" (ALMEIDA, 2023, p.19).

Além de membros da Universidade Federal do Ceará, a equipe do projeto é formada por pesquisadoras/es, de múltiplos campos disciplinares, das seguintes universidades públicas e privadas cearenses: Universidade Federal do Cariri, Universidade de Fortaleza, Instituto Federal do Ceará, Universidade Regional do Cariri, Universidade Católica de Quixadá, Universidade Estadual do Ceará, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e Secult do Estado do Ceará.

O projeto conta com três eixos. O eixo 1 tem como objetivo apoiar a estruturação de dados e informação para a gestão da Secult. O eixo 2 objetiva dar uma base acadêmico legal para as discussões sobre regulamentações de fomento da Secult, bem como para um processo mais amplo de financiamento. Por fim, o eixo 3 visa analisar questões dos processos avaliativos de impacto (reverberação) das ações culturais e propor um método complementar de análise coerente com as especificidades das intervenções culturais.

Cada eixo planeja um espectro de entregas que vão qualificar tanto o processo de gestão da Secult, quanto permitir avaliar as políticas públicas culturais (CULTURA, INOVAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL NO CEARÁ - 2º Ciclo, 2023), além de estar ampliando o repertório de temas, abordagens e questões gerais do grande tema "gestão cultural", por meio da criação e atualização de agendas de pesquisa, geração de dados e formação continuada de profissionais do campo.

Dentre essas entregas, destacamos o livro: Cultura, Inovação e Inclusão Social: *estudos de políticas culturais no Ceará*, lançado em dezembro de 2023, organizado por Custódio Almeida, Alexandre Barbalho e Ivânio Azevedo Jr. A obra é composta por capítulos escritos por pesquisadoras e pesquisadores de equipe e abordam as relações entre cultura, inclusão, tecnologia, a economia, o fomento, o financiamento da cultura, o ordenamento jurídico e as suas implicações na gestão cultural, bem como os territórios, as ações públicas de cultura e a cultura inclusiva, conforme prefácio da obra escrito por Luiza Cela, da Secretaria de Cultura do Estado.

O Programa Cientista Chefe da Cultura enuncia, nesse contexto, que inovar, também é transformar ideias em modelos, processos, ferramentas e práticas que solucionem ou evitem problemas ou, ainda, acrescentem valor a ações em produtos já em uso. Além disso, visa a um impacto significativo na redução das desigualdades sociais, por meio da realização de experiências culturais cidadãs que criam, por sua vez, uma cultura inovadora, socialmente referenciada e mais equitativamente distribuída na sociedade (CULTURA, INOVAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL NO CEARÁ - 2º Ciclo, 2023).

Ciente disso, destaca-se que a cultura identificada sob o prisma histórico oficial, existente nas instituições, em seus ministérios, códigos, marcos normativos, escolas, museus, arquivos, monumentos, universidades, secretarias e diretorias, envolto na concepção de nação, foi base dos projetos da sociedade em marcha, tornando-a de pretensão universal, majoritariamente branca, cristão, patriarcal, heterocisnormativa, ao mesmo tempo em que folclorizaram, invisibilizaram e perseguiram outros grupos.

No Brasil, "um dos legados dessas experiências é a associação direta da palavra cultura aos mundos dos povos brancos" (JESUS; SILVA, 2023, p.43):

> *Com isto o projeto se alinha com o que vem sendo estudado e nomeado de inovação social na área pública, tendo por base, entre outras ações, as políticas públicas específicas advindas das pressões históricas dos movimentos sociais. No Brasil, tal movimentação associada a maiores conquistas se fez mais visível a partir da metade da década de 1980, no início do processo da chamada abertura política e da constituinte. Indígenas, negros, quilombolas, mulheres, lésbicas, homossexuais, entre outros grupos que foram historicamente significados como "os outros", na modernidade passam a pontuar suas estratégias de atuação para tensionar uma universalidade que não dava conta das diferenças culturais, sociais e individuais dos grupos não hegemônicos que tiveram as suas trajetórias históricas profundamente prejudicadas (GOMES; JESUS; SOUSA; SILVA; MONTEIRO, 2021, p.06).*

A partir do século XXI, pós-Conferência de Durban, são elaboradas no Brasil as políticas públicas de ações afirmativas, tornando-se uma das razões pelas quais as últimas duas décadas no Brasil foram marcadas por transformações nas formas de conceber, executar e avaliar ações governamentais direcionadas a grupos que acumulavam vulnerabilidades históricas. De acordo com o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ):

> *[...] ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente [...] aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural. (Grifo nosso).*

É nesta perspectiva que O Programa Cientista Chefe da Cultura pode ser também compreendido como um caso experimental no campo da política pública, na medida em que é parte do compromisso do Estado refletir sobre os problemas históricos das desigualdades sociais brasileiras, ancorado nas possibilidades de intervenção direta na máquina pública, inovando em práticas inclusivas, muitas delas já fundamentadas – e em andamento – nas ações afirmativas. No que se refere especialmente ao universo da gestão pública da cultura e suas bases hegemônicas, concordamos com a pesquisadora Stefane Souto (2021), que defende ser necessária a promoção de um "giro cultural", uma virada de ordem epistemológica. E essa situação, por meio de materiais que possibilitam diagnósticos para análise, "requer a qualificação de debates sinceros sobre temas como a manutenção de privilégios de determinados grupos que sempre estiveram à frente da oficialização dos seus interesses enquanto povo na elaboração das políticas culturais" (JESUS; SILVA, 2023, p.66-67).

INTRODUÇÃO

O Guia Inclua da Cultura do Ceará é consequência de dois conjuntos de iniciativas. O primeiro faz parte do projeto Plataforma INCLUA, que vem sendo desenvolvido há três anos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e visa a apoiar a construção de políticas mais inclusivas e pró-equidade. O segundo está relacionado aos trabalhos elaborados em parceria com a plataforma INCLUA, do Ipea, e o Programa Cientista-Chefe da Cultura do Estado do Ceará, desde o ano de 2021.

Publicado em 2022, o Guia Inclua do Ipea[3] tem como objetivo estimular o comprometimento dos profissionais envolvidos com a execução de políticas públicas, aguçando a atenção "aos riscos de desatenção, exclusão e tratamento inadequado das pessoas nos processos de provisão de políticas e serviços públicos". O Guia Inclua da Cultura, por sua vez, na medida em que busca avaliar os riscos de desatenção exclusão aos tratamentos dos sujeitos pela gestão de equipamentos e de funcionários vinculados à gestão cultural pública e privada de utilidade pública do Estado do Ceará, também foi elaborado para atuar na ampliação da experiência democrática e do acesso à cidadania dos sujeitos beneficiários das políticas, impactando na formação continuada dos grupos e indivíduos que elaboram, executam, monitoram e avaliam as políticas públicas do campo da cultura.

O objetivo principal deste guia Inclua da cultura, alicerçado no Programa Cientista Chefe da Cultura, é desenvolver alternativas para a inclusão social por meio da cultura, entrecruzando experiências inovadoras e exitosas de gestão cultural, no Ceará, no Brasil e no mundo, através de intervenções e aplicações junto às comunidades, coletivos e grupos, concebendo um modelo de gestão cultural embasado em teorias e metodologias que referenciam a cultura como dimensão humana de imenso potencial inclusivo, criativo, educativo e emancipador, capaz de combater, por meio das ações afirmativas, a pobreza, as violências, as desigualdades sociais, raciais, de gênero e território, atuando na promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência (PcD) e na inclusão de corpos dissidentes. Assim, também contribuirá para que os equipamentos e os trabalhadores da cultura elaborem planos de ações afirmativas.

Ressalta-se que a utilização do Guia Inclua padrão, antes da elaboração deste Guia da Cultura, ocorreu entre as coordenações da SECULT (Secretaria da Cultura do Estado do Ceará). As atividades aconteceram de modo remoto, ainda no contexto da pandemia da Covid-19, nos meses de setembro e novembro de 2021. As dinâmicas, contaram com a participação das equipes, que responderam aos questionários para, em seguida, socializar, juntamente com integrantes do Cientista Chefe da Cultura e um representante do Ipea/

3. Guia INCLUA – avaliação de riscos de desigualdades na implementação de políticas públicas - Ipea, 2021, p.6. Disponível em https://inclua.ipea.gov.br/wp-content/uploads/2023/11/9587-guia-inclua-vf-28mar22.pdf , acesso em 1/6/24.

INCLUA, o pesquisador Roberto Pires, sobre os resultados obtidos. Nas reuniões, houve apresentação da metodologia: exposição do diagnóstico piloto, com destaque para: a) Potências em inclusão identificadas na Secult (experiências consolidadas); 2. Potências em inclusão em curso na Secult (mudanças que estavam em marcha); 3. Atenção aos riscos de reprodução de desigualdades e 4. Prospectivas de transformações a curto, médio e longo prazo das práticas nas instituições e equipamentos culturais.

O Guia Inclua do Projeto Cultura, Inovação e Inclusão Social no Ceará foi elaborado para ser utilizado prioritariamente por trabalhadoras, profissionais e gestores/as envolvidos/os com a gestão de equipamentos públicos administrados direta ou indiretamente pelo Poder Público ou, respectivamente, pelo Terceiro Setor (Organizações Sociais qualificadas pelo Estado, conforme a Lei 12.781/97), programas e serviços culturais, mas também pode ser apropriado por pesquisadoras/es, representantes da sociedade civil, integrantes de movimentos sociais, etc.

Na biblioteca da plataforma e na aba “produções INCLUA” será possível acessar obras escritas e audiovisuais relacionadas ao Programa Cientista-Chefe da Cultura do Estado do Ceará, com o objetivo de aprofundar os estudos para a inclusão e o fortalecimento da cidadania cultural. Entre as publicações, destaca-se o e-book *Cultura, Inovação e Inclusão Social: estudos de políticas culturais no Ceará*, organizada por Custódio Almeida, Alexandre Barbalho e Ivânio Azevedo Jr, BARBALHO, Alexandre e Ivânio Azevedo Jr .

Portanto, espera-se que esta ferramenta possibilite um maior entendimento sobre a percepção da gestão da cultura, efetuada nos gerenciamentos de processos dos equipamentos, dos programas e das políticas realizadas no Estado do Ceará, especialmente no que se refere à relação entre gestão pública, inclusão, ações afirmativas e cidadania.

4. Disponível em: https://www.uece.br/eduece/wp-content/uploads/sites/88/2023/12/Cultura-inova%C3%A7%C3%A3o-e-inclus%C3%A3o-social.pdf

METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

O Guia Inclua comporta cinco dimensões, com questões orientadoras e seus respectivos indicadores, a saber:

DIMENSÃO 1. Relações institucionais e gestão inclusiva.

Indicadores: divisão do trabalho, coordenação e conflito interinstitucional, instrumentos de gestão afirmativa / inclusiva na cultura.

DIMENSÃO 2. Participação social.

Indicadores: representação institucional, participação social e território

DIMENSÃO 3. Comunicação e acesso à informação.

Indicadores: comunicação / divulgação, acesso à informação.

DIMENSÃO 4. Interações e experiências do usuário.

Indicadores: exigências sobre os usuários, normas e instrumentos que regulam a relação dos equipamentos culturais com o público, comportamentos e práticas dos agentes públicos dos equipamentos culturais.

DIMENSÃO 5. Monitoramento e avaliação.

Indicadores: sistemas de monitoramento e acompanhamento, avaliação de efeitos não pretendidos sobre as usuárias, envolvimento das destinatárias.

As questões orientadoras comportam as métricas avaliativas

Quanto à avaliação do grau de risco, ela deriva da interpretação qualitativa e contextualizada das respostas às perguntas; e não se apoia em uma métrica fixa ou previamente definida, conforme seguem:

Parâmetros gerais para a classificação do grau risco

O grau de risco deve ser avaliado em função da existência e da qualidade dos esforços relativos a cada indicador, de acordo com as correspondências abaixo:

Risco baixo = são percebidos esforços relevantes, em nível de qualidade e estabilidade adequados, em torno do tema ou conteúdo de cada indicador.

Risco moderado = há esforços em torno do tema ou conteúdo de cada indicador, porém, em níveis de qualidade e estabilidade aquém do necessário.

Risco elevado = inexistência ou incipiência de esforços associados ao tema ou conteúdo de cada indicador.

Ao final de algumas questões orientadoras, existem as “reflexões síntese”

Os momentos de reflexões-síntese, após um dado conjunto de perguntas, tem por objetivo levar a agente pública a fazer um julgamento mais amplo em torno de conjuntos de indicadores ou dimensões de análise, contribuindo para a identificação dos tipos e graus de risco de reproduzir desigualdades potencialmente existentes, permitindo um exame de itens específicos e, também, reflexões-síntese que contribuem para uma apreciação mais ampla dos temas observados (GUIA Ipea, 2022).

ITENS CONCEITUAIS DO GUIA INCLUA

Visando uma apropriação dos valores das questões orientadoras deste guia, alguns termos e discussões passam a ser fundamentais. Termos como gestão inclusiva da cultura, participação social, representação institucional, comunicação, experiências dos usuários e processos avaliativos que compõem as balizas da proposta.

Gestão inclusiva na cultura

Para se pensar em uma gestão inclusiva na cultura, deve-se refletir sobre o acesso de grupos historicamente prejudicados em exercitar livremente a fruição de seus projetos de sociedade ou de terem acesso à cidadania. Referimo-nos tanto ao direito de grupos de serem o que são, a despeito das perseguições históricas, como indígenas, quilombolas, lgbtqiapn+, negros, entre outros, quanto ao acesso aos bens e equipamentos culturais do mundo institucionalizado, como escola, cinema, música, formação etc.

Nas palavras de Marilena Chauí, a partir de suas experiências de gestora cultural, se a cultura:

> *[...] pretende ser o espaço de encontro para os que desejam fruir os bens culturais e descobrir suas capacidades como criadores de símbolos, ela só poderá fazê-lo concebendo a cultura do ponto de vista da cidadania cultural. Isto significa que tomará a cultura como um direito do cidadão e, em particular, como direito à criação desse direito por todos aqueles que têm sido sistemática e deliberadamente excluídos do direito à cultura (CHAUÍ, 2021, p.91).*

O “direito à cultura” é fundamental quando se trata de uma cultura inclusiva. O direito extrapola o acesso à escolarização formal ou o acesso a equipamentos, como salas de cinema, teatros, museus. “Numa perspectiva histórica, há em solo brasileiro um acúmulo de reivindicações pela afirmação de corpos, desejos, sensibilidades, valores, isto é, o direito de existir pela plenitude, pluralidade e autonomia, quando nos referimos aos grupos que foram oprimidos pela violência colonial” (JESUS; FIGLIOULO; GADELHA, 2023, p.114). Violência esta que traz consequências até os dias atuais.

Por isso, há o entendimento de uma necessária articulação entre a gestão pública da cultura e o arcabouço teórico dos conceitos de ações afirmativas.

Conforme Joaquim Barbosa Gomes,

> *As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitada por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade (GOMES, 2005, p. 49).*

Participação social e representação institucional

As ações afirmativas não foram benesses do Estado, e sim decorreram das reivindicações históricas dos movimentos sociais. Por isso, compreendemos que as políticas públicas, sobretudo as de inclusão, advêm das pressões e do protagonismo dos diferentes atores sociais que conseguiram institucionalizar parte de suas demandas.

À nível da ação comunitária dos movimentos sociais, como aborda Maria Luiza de Souza, "o traço comum da participação é o exercício coletivo da tomada de decisões e da gestão das ações [...]" (SOUZA, 1987, p.16). Ainda segundo a autora, trata-se de "um exercício de articulação de forças sociais comuns, dentro e fora da comunidade. Portanto, a participação social na cultura prima por uma gestão democrática, como aponta Durval Albuquerque, por um reconhecimento de uma "gestão pública da cultura", contemplando a pluralidade das manifestações.

Do lado dos agentes culturais, esse é um desafio. Pois, as produções culturais apoiadas pelo Estado não devem ser o coro dos contentes e descontentes, mas devem dar espaços para a diversidade cultural, às múltiplas representações. Esse é o grande desafio entre Estado e produção cultural. Gerir a diferença e conflito, a dissenção, a discórdia "sem querer reduzi-los ou apagá-los, mas aceitá-los como índice de potência e pujança (ALBUQUERQUE, 2007, p.77-78 apud JESUS; FIGLIOULO; GADELHA, 2023, p.107).

Além disso, como aduz Chauí, "o direito à participação nas decisões de política cultural é o direito dos cidadãos de intervir na definição de diretrizes culturais e dos orçamentos públicos, a fim de garantir tanto o acesso como a produção de cultura pelos cidadãos (CHAUÍ, 2021, p.183). Assim, "onde há ação conjunta dos cidadãos, capazes de tomar uma decisão política e definir um rumo político, lá existe poder" (CHAUÍ, 2021, p.195).

Comunicação e acesso à informação

Conforme o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948: “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. Diante disso, devemos pensar em como efetuar uma comunicação e um acesso às informações para os grupos historicamente discriminados.

Experiência do usuário/a

O usuário do equipamento cultural está relacionado às/aos visitantes, cursistas, artistas em geral e agentes culturais, ou seja: o público que tem acesso e usa os serviços. Ademais, cada usuária/o, por meio de suas preferências, procura elementos no espaço cultural para atender as suas necessidades, sejam estas de lazer, convívio, estudos, apresentações, turismo ou trabalho. Porém, cada pessoa traz igualmente em sua bagagem de vida, experiências e condições de renda, de classe, de raça, de gênero etc. Portanto, desde como chegar ao local até as formas de recepção, a disposição com que os espaços de circulação são concebidos, passando pela limpeza, acessibilidade, participação das propostas de atividades e manutenção do local, bem como o acesso a documentos, todos esses elementos podem incidir no impacto do serviço prestado e sentido pelo usuário.

Além disso, sempre devemos lembrar que os usuários são, sobretudo, cidadãos e cidadãs (criadores culturais e o público) e, portanto, portadores de direitos à cultura. Os cidadãos e cidadãs (*civis da civitas*) representam “a sociedade política, ou a sociedade civil, pois, na origem latina, sociedade civil significa a atividade cívica ou a atividade dos cidadãos, isto é, a vida política” (CHAUÍ, 2021, p.43). Portanto, ser usuário é ser partícipe da vida cultural, mas principalmente da vida política dos espaços culturais.

Monitoramento e avaliação

Neste Guia, tem-se como aspecto importante o investimento em uma cultura de avaliação. Além da participação dos sujeitos em respostas às questões orientadoras, faz-se necessário, posteriormente, um diálogo com os/as participantes para se apresentar e efetuar uma análise do resultado, a fim de aperfeiçoar os processos. Conforme Marília Cury: "o diálogo existe porque melhoramos os processos para se chegar aos resultados esperados, mas alteramos as nossas expectativas com relação aos resultados de valores profissionais e humanos. Então, o processo é também considerado como produto e não somente meio" (2005, p.128). Portanto, além da apresentação e da efetivação das respostas, os resultados também devem ser publicizados com a equipe participante a fim de compreender, efetivamente, os sentidos da importância da elaboração do GUIA.

Esse processo também é importante para se refletir com apropriação sobre as tomadas de ações cotidianas em relação aos riscos de exclusão e o que pode ser feito para saná-los a partir da elaboração dos Planos de Ações Afirmativas dos espaços e dos equipamentos culturais geridos. A seguir, são apresentadas as questões orientadoras do diagnóstico INCLUA direcionado à área da cultura. O diagnóstico visa identificar e avaliar riscos de desatenção, tratamento inadequado ou exclusão de segmentos específicos do público atendido, considerando especialmente aqueles historicamente em desvantagem. A realização do diagnóstico contribui para a identificação de possíveis falhas ou problemas que podem prejudicar a inclusão desses grupos e seu acesso e usufruto dos serviços públicos. Qualquer profissional, técnico ou gestor, que atua na execução de serviços públicos pode realizar o diagnóstico.

ABERTURA DAS QUESTÕES ORIENTADORAS

1. Qual a função básica do equipamento cultural você quer avaliar? (exemplos: exposições, ações culturais, formações, ações educativas, educação museal, aquisições de acervos, pesquisas de acervos, editais, etc.)

E qual a sua função no espaço cultural?

Obs.: público a que se destina o Guia - prioritariamente por trabalhadoras, profissionais e gestores/as envolvidos/os com a gestão de equipamentos públicos administrados direta ou indiretamente pelo Poder Público ou respectivamente pelo Terceiro Setor (Organizações Sociais qualificadas pelo Estado, conforme a Lei 12.781/97), programas e serviços culturais.

2. Qual público específico você quer analisar? (exemplos: povos quilombolas, LGBTQIA+, negros, mulheres, jovens periféricos, etc.)

Responda às questões orientadoras tendo sempre em mente o serviço e o público específico escolhidos.

DIMENSÃO 1.
Relações interinstitucionais e instrumentos de gestão inclusiva

Identifica como possíveis falhas nas relações entre as instituições envolvidas nas ações culturais podem impactar a cobertura e o atendimento de segmentos específicos do público.

INDICADOR 1.1 – DIVISÃO DO TRABALHO, COORDENAÇÃO E CONFLITO ENTRE INSTITUIÇÕES

Em relação aos arranjos que garantem o funcionamento dos equipamentos culturais, identifica e avalia: i) a articulação institucional; ii) a atenção a conflitos e disputas; iii) as falhas de conexão; iv) as lacunas derivadas da divisão do trabalho entre as organizações e; v) os esforços de reorganização do arranjo institucional.

Cod.	Perguntas Norteadoras	Observações
P.1.1.A	Como você avalia essa afirmação: Existem estratégias de coordenação entre as organizações, ou unidades de uma organização, responsáveis pelo equipamento cultural em suas diferentes etapas. Por exemplo: reuniões de planejamento, comitês gestores, mediação, grupo de monitoramento e avaliação etc. Sim ( ) Não ( ) Não se aplica ( ) *Em caso de resposta "sim": 1.1. Como você avalia essa afirmação: Essas estratégias são adequadas e efetivas. Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	
P.1.1.B	Como você avalia essas afirmações: A atual divisão do trabalho entre as organizações, ou unidades da mesma organização, que atuam entre a gestão, os funcionários e as atividades do equipamento cultural em análise, é adequada para dar cobertura a todos os públicos e/ou territórios-alvo. Neste sentido, é possível afirmar que nenhum segmento do público/território-alvo sabidamente ficou desatendido. Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	

P.1.1.C

Como você avalia essa afirmação:

Em relação à gestão do equipamento cultural, existem espaços adequados para a superação de conflitos, disputas de jurisdição ou desentendimentos entre as organizações, evitando prejuízos à boa comunicação e ao trabalho conjunto.

Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

P.1.1.D

Como você avalia essa afirmação:

Regularmente, são feitos esforços de identificar falhas ou dificuldades de articulação entre as organizações (conflito, competição, disputas de jurisdição ou desentendimentos) e de perceber como essas situações impactam o alcance do serviço oferecido pelo equipamento cultural e o acesso por parte de segmentos específicos do público - em especial, os grupos vulnerabilizados - ou território atendido.

Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

P.1.1.E

Qual é o risco de que desarticulações, entre organizações ou entre unidades de uma mesma organização, gerem insuficiência na cobertura de parte do território e/ou no atendimento aos grupos vulnerabilizados que integram o público do equipamento cultural?

Dê uma nota de 1 a 10, em que 1 indica pouco risco e 10 muito risco.

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6 ( ) 7 ( ) 8 ( ) 9 ( ) 10

INDICADOR 1.1 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO INCLUSIVA

Identifica e avalia esforços de introdução e manutenção de procedimentos para inclusão e para diminuição das desigualdades sociais existentes nas ações promovidas pelo equipamento cultural.

Cod.	Perguntas Norteadoras	Observações
P.1.2.A	Existem metas de atendimento para os grupos vulnerabilizados que frequentam o equipamento cultural? Por exemplo, quantidade de atendimentos considerando categorias como raça/cor, etnia, identidade de gênero, território etc. Sim ( ) Não ( )	
P.1.2.B	Existem normas e protocolos direcionados ao enfrentamento do racismo institucional no equipamento cultural? Sim ( ) Não ( )	
P.1.2.C	Existem mecanismos dedicados ao enfrentamento de desigualdades de gênero e do racismo institucional no equipamento cultural? Por exemplo, ouvidoria, comitê gestor, canal de comunicação etc. Sim ( ) Não ( )	
P.1.2.D	Como você avalia essa afirmação: A promoção de equidade de raça e gênero é um dos objetivos da gestão do equipamento cultural. Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	
REFLEXÃO-SÍNTESE	De forma geral, como você avalia os esforços para introduzir e manter procedimentos para inclusão e para diminuição das desigualdades no equipamento cultural? Dê uma nota de 1 a 10, em que 1 indica baixíssimo compromisso e 10 altíssimo compromisso. ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6 ( ) 7 ( ) 8 ( ) 9 ( ) 10	

QUADRO DE AVALIAÇÃO DE RISCOS

Dimensões	Indicadores de risco (tipo)	Grau de Risco	Consequências
DIMENSÃO 1 - RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E GESTÃO INCLUSIVA	1.1 DIVISÃO DO TRABALHO, COORDENAÇÃO E CONFLITO ENTRE INSTITUIÇÕES	○ Elevado ○ Moderado ○ Baixo	Desarticulações (ou formas específicas de articulação) e disputas interinstitucionais podem repercutir em déficits de cobertura, lacunas de atenção ou repercussões negativas para o atendimento a segmentos específicos do público ou territórios atendidos.
	1.2 INSTRUMENTOS DE GESTÃO INCLUSIVA	○ Elevado ○ Moderado ○ Baixo	A ausência (ou incipiência) de instrumentos de gestão afirmativa e inclusiva contribuem para a invisibilização de desigualdades e reforço a posturas passivas frente às desigualdades sociais já existentes.

DIMENSÃO 2. PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Identifica o funcionamento de mecanismos de participação social e representação de organizações ligadas aos grupos vulnerabilizados que compõem o público nos processos de implementação das ações culturais.

INDICADOR 2.1 – PARTICIPAÇÃO SOCIAL E TERRITÓRIO

Identifica e avalia esforços para a participação do público em geral e dos grupos vulnerabilizados na gestão do equipamento cultural.

Cod.	Perguntas	Observações
P.2.1.A	Como você avalia essa afirmação: Existem mecanismos formais que garantem a participação dos usuários na gestão do equipamento cultural em análise. Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	
P.2.1.B	Como você avalia essa afirmação? Existem incentivos (cotas, apoio logístico ou financeiro, capacitação etc.) para a participação de usuários que pertencem a grupos vulnerabilizados que frequentam o equipamento cultural. Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	
P.2.1.C	Como você avalia essa afirmação: Os órgãos responsáveis pela condução do equipamento cultural têm sensibilidade e compromisso com as demandas produzidas nos espaços de participação social. Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	

	Cod.	Perguntas Norteadoras	Observações
INDICADOR 2.2 – REPRESENTATIVIDADE Identifica se existem mecanismos de participação de organizações que representam os interesses e necessidades de segmentos específicos do público - em especial, os grupos vulnerabilizados - nos processos de implementação das ações culturais do equipamento em análise.	P.2.2.A	Como você avalia essa afirmação: Organizações governamentais e/ou da sociedade civil associadas às agendas dos grupos vulnerabilizados têm papel formal ou podem influenciar na execução do equipamento cultural. Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	
	P.2.2.B	Como você avalia essa afirmação: Essas organizações (governamentais e/ou da sociedade civil), associadas às agendas dos grupos vulnerabilizados, têm condições adequadas de participação e interferência na gestão do equipamento cultural. Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	
	P.2.2.C	Existem representantes dos grupos vulnerabilizados que compõem o público (exemplo: mulheres negras, pessoas com deficiência, indígenas etc.) em postos de chefia e/ou coordenação das ações culturais do equipamento em análise? Sim ( ) Não ( )	
	REFLEXÃO-SÍNTESE	Os pontos de vista, pautas e interesses dos grupos vulnerabilizados são considerados no processo de implementação das ações culturais do equipamento analisado? Dê uma nota de 1 a 10, em que 1: pouco considerado e 10: muito considerado. ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6 ( ) 7 ( ) 8 ( ) 9 ( ) 10	

QUADRO DE AVALIAÇÃO DE RISCOS

Dimensões	Indicadores de risco (tipo)	Grau de Risco	Consequências
DIMENSÃO 2: PARTICIPAÇÃO SOCIAL	2.1 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E TERRITÓRIO	○ Elevado ○ Moderado ○ Baixo	A ausência ou escassez de possibilidades de reconhecimento, escuta e influência de segmentos e territórios específicos do público atendido nos processos de implementação reforça a insensibilidade, a invisibilização e a desatenção às suas necessidades específicas.
	2.2 REPRESENTATIVIDADE	○ Elevado ○ Moderado ○ Baixo	A ausência ou baixa representação institucional dos pontos de vista e experiências de segmentos específicos nas estruturas governamentais e processos de gestão e implementação de políticas públicas contribui para insensibilidade, invisibilização e desatenção às suas necessidades específicas.

DIMENSÃO 3. COMUNICAÇÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO

Identifica os esforços de comunicar e divulgar as informações do equipamento cultural, em linguagem simples e adequada, para os grupos vulnerabilizados.

INDICADOR 3.1 – COMUNICAÇÃO / DIVULGAÇÃO

Identifica esforços de comunicação em linguagem simples e adequada para grupos vulnerabilizados.

Cód.	Perguntas	Observações
P.3.1.A	Como você avalia essa afirmação: A estratégia geral de comunicação e divulgação das atividades culturais é adequada para atingir grupos vulnerabilizados. Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	
P.3.1.B	Como você avalia essa afirmação: Existem estratégias efetivas de comunicação ou campanhas direcionadas a públicos específicos, em especial, os grupos vulnerabilizados, os agentes comunitários e os artistas locais. Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	

INDICADOR 3.2 – ACESSO À INFORMAÇÃO

Identifica e avalia esforços de disponibilização de informação relevante, ligados aos órgãos e setores culturais, especialmente, para grupos vulnerabilizados.

Cód.	Perguntas	Observações
P.3.2.A	Considerando as possibilidades de acesso a informações sobre o equipamento cultural, pode-se dizer que as estratégias de divulgação são adequadas ao contexto da oferta do serviço e do público. Exemplos de estratégias de divulgação: sites, redes sociais, telefone; balcão/agência; televisão, rádio, jornais; manual; campanhas; etc. Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	
P.3.2.B	Como você avalia essa afirmação: Além das estratégias de divulgação tradicionais, existem outros esforços para fazer com que a informação chegue a grupos vulnerabilizados. Por exemplo: parcerias com ONGs, com equipes de abordagem especializada, com agentes comunitários, com artistas locais, entre outros. Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	

	Cod.	Perguntas Norteadoras	Observações
INDICADOR 3.2 – ACESSO À INFORMAÇÃO Identifica e avalia esforços de simplificação e adaptação da linguagem.	P.3.3.A	P3.3a. Como você avalia essa afirmação: As informações relativas a quem tem direito ao equipamento cultural, quais são as ações e atividades oferecidas, bem como os procedimentos para sua obtenção, estão disponíveis em linguagem simples e acessível. Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	
	P.3.3.B	Como você avalia essa afirmação: São feitos esforços de adaptação da linguagem dos materiais de divulgação, como formulários de cadastramento, plataformas online, cartas/e-mails e notificações etc. Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	
	REFLEXÃO-SÍNTESE	De forma geral, como você avalia as estratégias de comunicação, de divulgação e a linguagem adotadas para facilitar o acesso e a inclusão de grupos vulnerabilizados? Dê uma nota de 1 a 10, em que 1: estratégias não funcionam e 10: funcionam muito bem ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6 ( ) 7 ( ) 8 ( ) 9 ( ) 10	

QUADRO DE AVALIAÇÃO DE RISCOS

Dimensões	Indicadores de risco (tipo)	Grau de Risco	Consequências
DIMENSÃO 3 - COMUNICAÇÃO, ACESSO À INFORMAÇÃO	3.1 COMUNICAÇÃO / DIVULGAÇÃO	○ Elevado ○ Moderado ○ Baixo	Dificuldade de reconhecimento das ofertas pelo público, especialmente por parte do público em situação de maior vulnerabilidade, pode prejudicar a formação de demanda e o acesso aos bens e serviços, reforçando (ao invés de mitigar) as vulnerabilidades já existentes.
	3.2 ACESSO À INFORMAÇÃO	○ Elevado ○ Moderado ○ Baixo	A seletividade no acesso à informação e imposição de maiores custos e dificuldades de obtenção de informação a segmentos desfavorecidos prejudica o acesso e usufruto dos bens e serviços prestados.
	3.3 LINGUAGEM ADEQUADA E ADAPTADA	○ Elevado ○ Moderado ○ Baixo	A dificuldade de compreensão das informações fornecidas ao público prejudica o acesso, o engajamento e o usufruto das ofertas por parte de segmentos específicos, especialmente, aqueles estruturalmente desfavorecidos.

DIMENSÃO 4. INTERAÇÕES E EXPERIÊNCIAS DA USUÁRIA

Chama atenção para as experiências de interação entre os usuários, os serviços e as atividades culturais. São consideradas as exigências para acessar o equipamento cultural em análise, as normas que orientam esse acesso, os comportamentos e as práticas dos agentes públicos.

INDICADOR 4.1 – EXIGÊNCIAS SOBRE OS USUÁRIOS

Identifica e avalia se as exigências para acesso ou manutenção no equipamento cultural são exageradas ou desnecessárias. Exemplos de exigências: novas informações e documentações, deslocamentos, ônus financeiro, envolvimento de terceiros.

Cod.	Perguntas	Observações
P.4.1.A	Como você avalia essa afirmação: Para ter acesso ao equipamento cultural oferecido, é necessário fornecer grande quantidade de documentos e outros tipos de informações que podem ser difíceis ou custosas para o usuário. Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	
P.4.1.B	Como você avalia essa afirmação: Pode-se dizer que as informações necessárias para acessar os equipamentos ou atividades culturais são entregues ao usuário de forma direta e simples (exemplo: online, coleta em domicílio, coleta via intermediários, no balcão, via correio etc.). Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	
P.4.1.C	Como você avalia essa afirmação: Existem estratégias eficazes para alcançar grupos espacialmente isolados ou distantes como negros/as, comunidades LGBTQIA+, indígenas, quilombolas, demais povos tradicionais, PcDs, agentes e artistas comunitários/as e pessoas de baixa renda dos pontos de atenção oferecidos pela ação cultural. Exemplo de estratégias: excursões periódicas, fornecimento de vale-transporte, parcerias com ONGS, mutirões e ações coletivas etc.) Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	
P.4.1.D	Como você avalia essa afirmação: Os pontos de atendimento presencial nos equipamentos culturais disponibilizam turnos alternativos para a população em função das suas necessidades. Por exemplo: contraturno, atendimento 24h, atendimento aos finais de semana etc. Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	

P.4.1.E

Caso haja cobrança de algum tipo de pagamento pelo acesso ao bem ou à atividade cultural em questão, existe a possibilidade de descontos ou de isenções desses encargos para públicos específicos?

Marque uma opção abaixo

Não se aplica ( ) Sim ( ) Não ( )

P.4.1.F

Como você avalia essa afirmação:

O envolvimento de intermediário é necessário ou muito comum para o acesso ao equipamento cultural ou para a manutenção da ação cultural em análise.

Exemplo de intermediário: advogado, cartório, despachante, acompanhante, associação, empresas privadas, etc.

Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

P.4.1.G

Como você avalia essa afirmação:

Existem normas ou protocolos que definem claramente o que pode ser exigido do cidadão para acessar o equipamento cultural em análise.

Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

	Cod	Perguntas	Observações
INDICADOR 4.2 – NORMAS E INSTRUMENTOS QUE REGULAM A RELAÇÃO COM OS PÚBLICOS Identifica e avalia esforços de adaptação e revisão de atos normativos e outros instrumentos, considerando as características específicas do público atendido.	P.4.2.A	Como você avalia essa afirmação: Atos normativos que regulamentam a política de acesso ao equipamento cultural (decretos, portarias, resoluções, instruções normativas etc.) contém definições e classificações dos públicos atendidos. No caso do serviço público em análise, pode-se dizer que essas definições podem levar a reducionismos, reprodução de estereótipos e preconceitos sobre grupos vulnerabilizados. Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	
	P.4.2.B	Como você avalia essa afirmação: Os atos normativos são discutidos e avaliados regularmente com a participação de atores externos ao órgão responsável pela implementação do equipamento ou atividade cultural. Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	
	P.4.2.C	Como você avalia essa afirmação: Os instrumentos técnicos (formulários, sistemas, cadastros etc.) do equipamento e/ou atividade cultural são regularmente submetidos a testes e avaliações com o objetivo de evitar a exclusão e a invisibilização de grupos, territórios e culturas. Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	
	REFLEXÃO-SÍNTESE	Considerando os vários instrumentos que organizam a relação do equipamento cultural com o cidadão, como você avalia a adaptação de atos normativos, formulários, sistemas etc. às características específicas dos públicos atendidos? Dê uma nota de 1 a 10, em que 1 indica que não há adaptação e 10 que há adaptação satisfatória. ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6 ( ) 7 ( ) 8 ( ) 9 ( ) 10	

INDICADOR 4.3 – COMPORTAMENTOS E PRÁTICAS DOS AGENTES PÚBLICOS

Identifica e avalia o grau de compromisso dos agentes culturais selecionados pelos equipamentos culturais com objetivos de inclusão e equidade.

Cod	Perguntas	Observações
P.4.3.A	Como você avalia essa afirmação: Nos processos de recrutamento para o equipamento e/ou atividade cultural em análise, buscou-se selecionar pessoas que tenham experiência (pessoal ou profissional) com a realidade do público atendido. Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	
P.4.3.B	Como você avalia essa afirmação: São feitos esforços regulares dos trabalhadores dos equipamentos e/ou atividades culturais para verificar a resistência dos trabalhadores à garantia da inclusão e atenção a grupos vulnerabilizados. Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	
P.4.3.C	Como você avalia essas afirmações: Existem procedimentos para lidar com a resistência dos trabalhadores à garantia da inclusão e atenção a grupos vulnerabilizados como negros, comunidades LGBTQIA+, indígenas, quilombolas, demais povos tradicionais, pessoas com deficiência, agentes e artistas comunitários/as e pessoas de baixa renda. Exemplos de procedimento: produção de materiais de orientação, protocolos, cursos de capacitação etc. Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	
P.4.3.D	Como você avalia essa afirmação: As equipes do equipamento e/ou atividade cultural recebem treinamentos periódicos e estão preparadas para abordagem especializada. Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	

P.4.3.E Como você avalia essa afirmação:

Reconhecendo que preconceitos, valores e visões de mundo influenciam as decisões cotidianas dos agentes de implementação local dos equipamentos e/ou atividades culturais, são feitos esforços para compreender como usuários que pertencem a grupos vulnerabilizados são vistos por estes trabalhadores (ex.: “merecedores”, “pessoas fáceis ou difíceis”, “aderentes ou resistentes”, etc.).

Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

P.4.3.F Como você avalia essa afirmação?

Existem procedimentos adequados para a reflexão sobre a conduta dos agentes de implementação do equipamento e/ou atividade cultural tendo como base experiências de atendimento (exemplo: supervisão, discussão de casos em equipe, trocas de experiências, auditorias a partir de denúncias dos usuários etc.)

Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

REFLEXÃO-SÍNTESE

Considerando os trabalhadores dos equipamentos e/ou atividades culturais em análise, como você avalia os esforços existentes para lidar com resistências, divergências de entendimento e falta de compromisso com objetivos de inclusão?

Dê uma nota de 1 a 10, em que 1 indica que não há nenhum esforço e 10 que há esforço suficiente.

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6 ( ) 7 ( ) 8 ( ) 9 ( ) 10

QUADRO DE AVALIAÇÃO DE RISCOS

Dimensões	Indicadores de risco (tipo)	Grau de Risco	Consequências
DIMENSÃO 4 - INTERAÇÕES E EXPERIÊNCIAS DA USUÁRIA	4.1 EXIGÊNCIAS SOBRE OS USUÁRIOS	○ Elevado ○ Moderado ○ Baixo	Um elevado nível de exigências e de custos (exemplos: informação, tempo e dinheiro) pode levar à exclusão de pessoas vulnerabilizadas.
	4.2 NORMAS E INSTRUMENTOS QUE REGULAM A RELAÇÃO COM OS PÚBLICOS	○ Elevado ○ Moderado ○ Baixo	Instrumentos que não considerem as especificidades dos públicos podem provocar violência simbólica, tratamento inferiorizante, invisibilização de públicos, territórios, culturas e modos de vida.
	4.3 EXIGÊNCIAS SOBRE AS USUÁRIAS	○ Elevado ○ Moderado ○ Baixo	O desconhecimento dos critérios, comportamentos e práticas informais adotados por agentes públicos pode inibir ações voltadas para a inclusão e a atenção diferenciada a grupos vulnerabilizados.

DIMENSÃO 5. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO

Chama atenção para os processos de monitoramento e avaliação dos resultados da política cultural, equipamento ou atividade cultural em questão; considera a produção e o uso de informações sobre o atendimento a grupos vulnerabilizados; e reflete sobre os efeitos não-pretendidos desse atendimento.

INDICADOR 5.1 – SISTEMAS DE MONITORAMENTO

Identifica e avalia o grau de compromisso dos agentes culturais selecionados pelos equipamentos culturais com objetivos de inclusão e equidade.

Cód.	Perguntas	Observações
P.5.1.A	Há acompanhamento da execução do equipamento cultural? Sim ( ) Não ( ) Em caso de resposta "sim", responder o 5.1a.1: 5.1a.1. Como você avalia essa afirmação: Os indicadores utilizados para esse acompanhamento são sensíveis às situações vividas por grupos vulnerabilizados. Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	
P.5.1.B	Como você avalia essa afirmação: Há levantamentos regulares de informações sobre características da população atendida (EX: raça/cor, sexo/identidade de gênero, etnia, território, etc.) Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	
P.5.1.C	Como você avalia essa afirmação: Existem esforços de identificação de situações desviantes, nas quais indivíduos, grupos ou territórios não são atendidos por nenhuma das vias e canais disponibilizados para acesso ao equipamento e/ou atividade cultural em análise. Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	

P.5.1.D	Como você avalia essa afirmação: Existem avaliações regulares sobre os riscos conhecidos - e também sobre os não previstos - que podem provocar exclusão e desatenção a grupos vulnerabilizados - pretos, pardos negros, indígenas, quilombolas, mulheres, LGBTQIA+, PCDs, agentes e artistas comunitários/as, pessoas de baixa renda, povos tradicionais e outros. Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
REFLEXÃO-SÍNTESE	Considerando que a ausência de monitoramento pode contribuir para invisibilizar grupos vulnerabilizados, como você avalia os esforços atuais para monitorar a execução do equipamento e/ou atividade cultural em análise? Dê uma nota de 1 a 10, sendo 1 o que não monitora nada e 10 o que monitora satisfatoriamente. ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6 ( ) 7 ( ) 8 ( ) 9 ( ) 10

INDICADOR 5.2 – AVALIAÇÃO DE EFEITOS NÃO-PRETENDIDOS SOBRE OS USUÁRIOS

Identifica e avalia o grau de compromisso dos agentes culturais selecionados pelos equipamentos culturais com objetivos de inclusão e equidade.

Cód.	Perguntas	Observações
P.5.2.A	Como você avalia essa afirmação: Reconhecendo que o modo como os equipamentos e/ou atividades culturais abordam determinadas temáticas pode provocar uma imagem negativa sobre os usuários que pertencem a segmentos específicos da população, existem esforços de identificação desses efeitos. (Exemplo de esforços de avaliação: acompanhamento qualitativo de usuários, avaliação de egressos, grupos focais etc.) Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	
P.5.2.B	Como você avalia essa afirmação? Caso ser atendido pelo equipamento e/ou atividade cultural em análise possa acarretar a invasão da intimidade e/ou exposição indevida dos usuários, existem iniciativas para reduzir esses constrangimentos. Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	

P.5.2.C

Como você avalia essa afirmação?

Quando efeitos negativos vinculados ao uso do equipamento cultural são identificados na imagem dos beneficiários/usuários, existem procedimentos ou práticas voltadas para diminuição desses danos.

Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

REFLEXÃO-SÍNTESE

De forma geral, como você avalia os atuais esforços de identificação e de atuação diante dos possíveis efeitos negativos e não intencionais associados ao envolvimento dos usuários com o equipamento cultural?

Dê uma nota de 1 a 10, sendo 1: indica nenhum esforço e 10: indica esforço suficiente para identificar e reduzir esses efeitos.

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6 ( ) 7 ( ) 8 ( ) 9 ( ) 10

INDICADOR 5.3 – ENVOLVIMENTO DOS USUÁRIOS

Identifica e avalia esforços de inclusão de grupos vulnerabilizados no monitoramento e avaliação do equipamento cultural.

Cód.	Perguntas	Observações
P.5.3.A	Como você avalia essa afirmação: Membros e/ou representantes de grupos vulnerabilizados dentre o público atendido participam dos processos institucionais de monitoramento e avaliação. Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	
P.5.3.B	Como você avalia essa afirmação? Existem ouvidorias, canais de atendimento ao usuário ou outras formas de comunicação em funcionamento para envio de denúncia, reclamação, recurso ou sugestão. Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5	

P.5.3.C É feita a avaliação de satisfação com o público atendido?

Marque uma opção abaixo.

Sim ( ) Não ( )

Em caso de resposta "sim", aparece (na plataforma) o P5.3c.1:

P5.3c.1. Os resultados da avaliação de satisfação são analisados considerando grupos vulnerabilizados (perfil racial, identidade de gênero, território etc.).

Como você avalia essa afirmação:

Marque uma opção de 1 a 5. Sendo 1: discordo totalmente e 5: concordo totalmente

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

REFLEXÃO-SÍNTESE

De forma geral, como você avalia os atuais esforços de identificação e de atuação diante dos possíveis efeitos negativos e não intencionais associados ao envolvimento dos usuários com o equipamento cultural?

Dê uma nota de 1 a 10, sendo 1: indica nenhum esforço e 10: indica esforço suficiente para identificar e reduzir esses efeitos.

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6 ( ) 7 ( ) 8 ( ) 9 ( ) 10

RESULTADOS

No caso do diagnóstico realizado na plataforma INCLUA, após responder às questões é possível optar por temas que se relacionam com o serviço público e/ou o(s) grupo(s) específico(s) em relação aos quais irá conduzir o diagnóstico:

Selecione as categorias relacionadas ao público direcionado à avaliação:

( ) Comunidades LGBTQIA+
( ) Indígenas
( ) Gênero
( ) Políticas culturais
( ) Negros (pretos e pardos)
( ) Pessoas com deficiência
( ) Pessoas de baixa renda
( ) Quilombolas
( ) Demais povos tradicionais
( ) Agentes e artistas comunitários/as

Os grupos marcados ajudam a apresentar sugestões de recursos para estudos ligados a diminuição dos riscos de reprodução de desigualdades no serviços públicos analisados.

Dimensões	Indicadores de risco (tipo)	Grau de Risco	Consequências
DIMENSÃO 5 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	5.1 SISTEMAS DE MONITORAMENTO	○ Elevado ○ Moderado ○ Baixo	A ausência de monitoramento, com foco explícito na experiência de segmentos específicos, pode contribuir para a invisibilização das experiências desses grupos, ocultando possíveis situações de exclusão e desatenção.
	5.2 AVALIAÇÃO DE EFEITOS NÃO-PRETENDIDOS SOBRE OS USUÁRIOS	○ Elevado ○ Moderado ○ Baixo	A ausência de identificação e processamento dos possíveis efeitos negativos derivados do envolvimento com o programa pode contribuir para a invisibilização e inação em relação a efeitos não-pretendidos, prejudicando a efetiva inclusão de grupos desfavorecidos.
	5.3 ENVOLVIMENTO DOS USUÁRIOS	○ Elevado ○ Moderado ○ Baixo	A ausência de envolvimento de usuários, especialmente de segmentos específicos e desfavorecidos do público atendido, nos esforços de monitoramento e avaliação prejudicam a compreensão de suas experiências com o programa/serviço e contribuem para a invisibilização e manutenção de formas de desatenção e exclusão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Custódio; BARBALHO, Alexandre; JR. AZEVEDO, Ivânio. Cultura, Inovação e Inclusão Social: estudos de políticas culturais no Ceará. Fortaleza: EDUECE, 2023.

ALMEIDA, Custódio. O Programa Cientista-Chefe da Cultura no Estado do Ceará. In. (Org) ALMEIDA, Custódio; BARBALHO, Alexandre; JR. AZEVEDO, Ivânio. Cultura, Inovação e Inclusão Social: estudos de políticas culturais no Ceará. Fortaleza: EDUECE, 2023, p.11-38.

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU.
Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.

BARROS, Deolindo de ; NOGUEIRA, Silvia Garcia. Cooperação educacional internacional Brasil/África: do programa estudantes-convênio de graduação (PEC-G) à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Revista de Estudos In-ternacionais, João Pessoa, v. 6, n. 2, p. 117-33, 2015.

CHAUÍ, Marilena Cidadania Cultural: O Direito à Cultura / Marilena Chaui – 2. ed. – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

CEARÁ, Lei nº 17.378 de 04 de janeiro de 2021. instituído, no âmbito da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Funcap, o Programa Cientista-Chefe.

CEARÁ, Lei nº 12.781, de 30 de dezembro de 1997. Institui o Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais, dispõe sobre a qualificação destas entidades e dá outras providências.

CURY, Marília Xavier. Exposição, concepção, montagem, avaliação. São Paulo: Annablume, 2006.

GOMES, Arilson dos Santos; JESUS, Leandro Santos Bulhões de; SOUSA, Maria Páscoa Sarmento de; SILVA, Romero Antonio de Almeida; MONTEIRO, Suliete Gervasio. Dispositivos de combate ao racismo, preconceito e discriminações étnico-raciais - instrumentos normativos federais relativos às populações indígenas, negras e quilombolas brasileiras. Conexão Inclua, nº 1. Brasília - DF: Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada - IPEA, 2022.

GUIA INCLUA – Avaliação de Riscos de Reprodução de Desigualdades na Implementação de Políticas Públicas, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com as parcerias da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – ABPN Grupo de Estudos e Pesquisa Sobre Políticas, História, Educação e Relações Raciais e Gênero – Geppherg/UnB Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB) – Fundação Getulio Vargas Rede Brasileira de Mulheres Cientistas – RBMC. Brasília, 2022.

JESUS, Leandro Santos Bulhões de; FIGLIOULO, Manuella Martha Costa Matos; GADELHA, Rosa Cristina Primo. Gestão Cultural, territorialidades e corpos dissidentes. In. (Org) ALMEIDA, Custódio; BARBALHO, Alexandre; JR. AZEVEDO, Ivânio. Cultura, Inovação e Inclusão Social: estudos de políticas culturais no Ceará. Fortaleza: EDUECE, 2023, p.105-143.

O VALOR da Cultura: rumo a uma nova narrativa: Guia de Aplicação para projetos culturais e criativos / vários autores; organizado por Observatório Itaú Cultural e People’s Palace Projects do Brasil; dirigido por Paul Heritage;

consultoria de Leandro Valiati; editado por Gustavo Möller . - São Paulo : Itaú Cultural ; People's Palace Projects do Brasil , 2023.

SANTOS, Souza Boaventura; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. Coimbra: Almeidina, 2009.

SECRETARIA ESTADUAL DA CULTURA DO CEARÁ. Projeto: Cultura, inovação e inclusão social no Ceará (2º ciclo). Fortaleza: FUNCAP, 2023.

SILVA, Francisco Érik Washington Marques da; JESUS, Leandro Santões Bulhões. Política Cultural, inovação e inclusão: desafios contemporâneos na gestão pública da Cultura. In. (Org) ALMEIDA, Custódio; BARBALHO, Alexandre; JR. AZEVEDO, Ivânio. Cultura, Inovação e Inclusão Social: estudos de políticas culturais no Ceará. Fortaleza: EDUECE, 2023, p.11-38.

SOUTO, Stéfane Silva de Souza. Aquilombamento: um referencial negro para uma gestão cultural insurgente. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

SOUZA, Maria Luiza de. Desenvolvimento e participação. São Paulo: Cortez, 1987.